

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA GUINÉ-BISSAU NO PERÍODO DE 2009 A 2019: ANÁLISE DOS ACONTECIMENTOS E PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Ismael Fernando Cá¹

Pedro Rosas Magrini²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo das eleições presidenciais na Guiné-Bissau no período de 2009 a 2019, visando estabelecer uma relação dessas eleições com os acontecimentos na sociedade guineense durante esses períodos, como, por exemplo, a provável intervenção das forças armadas nestas eleições. Desde a adoção do multipartidarismo, em 1994, até os dias atuais, já foram realizadas seis eleições presidenciais e nelas eleitos cinco presidentes da república, porém, só um desses conseguiu terminar o seu mandato por não haver, diretamente, a interferência militar durante sua presidência. Conforme Cordeiro (2009), ocorreu no país, de forma lamentoso, as destruições dos governos e presidentes eleitos democraticamente, sendo trocados pelas nomeações dos outros governos de transição e presidentes interinos do desejo militar. Este trabalho baseou-se nos teóricos que sobre o referido assunto escreveram, nos documentos que registraram tais acontecimentos, e nos órgãos de comunicação da Guiné-Bissau. Para complementar, elaboramos um formulário eletrônico, com doze questões, aplicadas aos estudantes guineenses na UNILAB, nas quais extraímos informações importantes que dialogaram com nossos referenciais teóricos. Nossos resultados apontaram para o fato de que não é suficiente somente a realização das eleições presidenciais para a consolidação democrática na Guiné-Bissau, é preciso também o respeito mútuo entre os políticos e as forças armadas guineenses e, principalmente, respeito à Constituição do país que estabelece os limites de atuação de cada um dos grupos, pois só assim poderá haver uma democracia sólida na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Eleições presidenciais; Acontecimentos; Forças Armadas.

¹ Discente do Curso da Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB.

² Orientador: graduação em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) no ano de 2007, mestrado em Administração na área de Gestão social, Ambiente e Desenvolvimento no ano de 2010, na UFLA, e doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC e pós-doutorado em Antropologia Social na UFSC. Professor do Curso de Administração Pública na UNILAB.

1. Introdução

Desde a abertura política democrática na Guiné-Bissau, em 1994, como aponta Carvalho (2010), nenhum presidente e governo eleito democraticamente conseguiu terminar o seu mandato, nem conseqüentemente, manter a estabilidade do país. Exceto, o José Mário Vaz (de junho de 2014 a fevereiro de 2020) considerado assim, o primeiro presidente da república do país a terminar o seu mandato. Conforme Shaw e Gomes (2020), ao longo dos últimos 16 anos, a Guiné-Bissau passou por dois golpes de Estado, uma guerra civil (7 de junho de 1998), uma tentativa de golpe de Estado e um assassinato presidencial executado por militares. Para esses autores, os referidos acontecimentos e demissões dos governos são os principais motivos que impedem os presidentes e governos eleitos de terminarem seus devidos mandatos. Consoante Cordeiro (2009), após a independência em 1974 e o golpe de Estado no início dos anos 80, modificaram-se todos os alicerces da atuação das forças armadas da Guiné-Bissau. Para o autor, esses dois atos impulsionaram os altos dirigentes das forças armadas a enraizarem no poder e mais tarde na política, ao ponto de assumirem constitucionalmente o papel de restabelecimento da ordem e controle do Estado, até o presente momento, na conjuntura nacional, forçando-as a se adaptar às novas dinâmicas de fazer valer e incluir as suas demandas perante o Estado. Para Fernandes (2015), estas instabilidades cíclicas na política guineense têm trazido muitas conseqüências negativas no país. Como exemplo, nas áreas econômicas, na educação e na saúde. Segundo o autor, os referidos acontecimentos (golpes, assassinatos e demissões do governo) não permitiram os presidentes e os governos legítimos executarem seus programas apresentadas no período eleitoral sobre as áreas predominantes para o desenvolvimento do país, o que obrigou os presidentes interinos e governos de transição a atuarem sem planejamentos para tentar atender as demandas da população. De acordo com o periódico *África Economic Outlook* (2016 apud SANGREMAN et al., 2016), após o golpe de Estado de abril de 2012, os parceiros internacionais cortaram o apoio ao Orçamento Geral do Estado e houve um decréscimo em termos reais de -2.2 % em 2012, crescendo de forma tímida 0.9% em 2013, originando atrasos no pagamento de salários da função pública e, conseqüentemente, assistiu-se a greves na maioria das instituições públicas, piorando ainda mais a situação da população no que tange a acesso a água potável, produtos de primeira necessidade nos mercados e entre outros elementos que contribuem para facultar uma condição de vida adequada ao povo guineense.

Ao longo das três eleições presidenciais (2009, 2014 e 2019) percebemos que, sempre no período eleitoral, aconteceram tensões políticas que culminam em assassinatos, torturas, intimidações e perseguições de algumas figuras políticas (candidatos, membros do partido, etc.) e de quase todos os que participaram de forma direta ou indireta nessas presidenciais e, estes acontecimentos tiveram grandes impactos nas eleições presidenciais nos períodos indicados.

A razão da escolha desse tema justifica-se pelo desejo de conhecer o processo de realização das três referidas eleições (2009, 2014 e 2019) na Guiné-Bissau e pelo interesse de realizar um levantamento de dados sobre os acontecimentos de antes, no decorrer e depois dessas presidenciais.

Outra razão que nos impulsionou a desenvolver esta pesquisa, é de entender o motivo das sucessivas mudanças governativas nesses períodos, que sempre impedem o término do mandato dos chefes de Estado e dos governos eleitos pelo povo guineense;

Queremos compreender o motivo da rápida evolução da influência do voto étnico na Guiné-Bissau desde a implementação do multipartidarismo no país (FERNANDES, 2015). De acordo com a comparação que fizemos, segundo dados dos resultados das três referidas presidenciais, dá para perceber que, a maioria dos candidatos venceram na região onde tiveram a maior representatividade das suas etnias;

Acreditamos que, é necessário debater, falar, questionar e ir à procura das respostas sobre o tema, pois, nestas eleições encontram-se uma das principais causas da má situação política na Guiné-Bissau e, é óbvio que, se a conjuntura política está caótica, todos os setores chaves para desenvolvimento do país também ficarão aquém da expectativa do povo.

Por este motivo, traçamos como *Objetivo Geral*: analisar o processo das eleições presidenciais na Guiné-Bissau no período de 2009 a 2019, visando estabelecer uma relação com acontecimentos na sociedade guineense, nomeadamente, o papel das forças armadas.

Do mesmo modo, definimos os nossos *Objetivos Específicos*: analisar os principais acontecimentos de antes, no decorrer e depois das presidenciais desses períodos supracitados; Analisar uma possível interferência das Forças Armadas guineense nas eleições presidenciais; Identificar o papel das organizações da sociedade civil guineense perante os acontecimentos dessas presidenciais, no que concerne as manifestações e abominação desses atos (assassinatos,

golpes de Estado, torturas, etc.) e; Analisar os dados estatísticos das três últimas eleições presidenciais na Guiné-Bissau.

2. Referencial Teórico

2.1. Acontecimentos

No período pós-independência (1974 a 1994) a Guiné-Bissau era um país governado por um só partido, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Segundo Ampagatubó (2008 apud M'BUNDE, 2017), a perda do aliado ideológico e militar externo (antiga União Soviética), com consequente falta de alternativas em termos de alianças políticas no contexto internacional, constituiu o principal fator que obrigou os agentes políticos ligados ao PAIGC a aceitarem pronunciar-se a favor do processo de transição do monopartidarismo para o multipartidarismo na Guiné-Bissau. A partir da implementação do multipartidarismo no país, desde 1994 até hoje, já foram realizadas seis eleições presidenciais (1994, 1999, 2005, 2009, 2014 e 2019) e foram eleitos cinco presidentes da república, João Bernardo Vieira (1994 e 2005), Kumba Yalá (1999), Malam Bacai Sanhá (2009), José Mário Vaz (2014) e Umaro Sissocó Embaló (2019). Segundo Fernandes (2015), além de cinco presidentes eleitos democraticamente, foram chamadas quatro pessoas para ocupar o cargo do Presidente Interino e da Transição por causa dos golpes de Estado ocorridos ao longo desses períodos. São estes, Malam Bacai Sanhá (1998 a 1999), Henrique Pereira Rosa (2003 a 2005), Raimundo Pereira (2009) e (2012) e Manuel Serifo Nhamadjo (2012 a 2014).

Um dos acontecimentos inesquecíveis na mente dos guineenses foi em 2009, segundo Fernandes (2015), Tagme Na Waie, o então chefe do Estado Maior General das Forças Armadas foi morto por uma bomba dentro do seu gabinete no dia 1 de março e, no dia seguinte (madrugada do dia 2 de março), o então presidente da República, João Bernardo Vieira (Nino) foi atacado e assassinado em sua residência oficial. No mesmo ano, foram assassinadas também figuras políticas como Baciro Dabo (ex-deputado e candidato presidencial) e Helder Proença (ex-deputado da nação e antigo Ministro da Defesa), ainda não foram conhecidos os autores desses assassinatos. Poucos meses depois, ocorreram as eleições presidenciais em junho de 2009, onde saiu como vencedor o presidente Malam Bacai Sanhá, este presidiu o país quase três anos e faleceu vítima duma doença prolongada em janeiro de 2012.

Em 1 de abril de 2010, conforme O'Regan e Thompson (2013), houve mais uma vez a tentativa de golpe de Estado, o general António Indjai ordenou sem dar explicações a prisão do então chefe das Forças Armadas, Zamora Induta, assim como a do Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Junior. Segundo os referidos autores, este golpe não foi consumado por causa da intensa pressão de grandes manifestações públicas, dos líderes influentes da sociedade civil e dos parceiros internacionais.

Depois da morte do presidente Bacai em janeiro de 2012, passados alguns meses depois, foram realizadas mais uma vez as presidenciais no dia 18 de março do mesmo ano, onde o Carlos Gomes Júnior venceu a primeira volta, mas como não teve a maioria absoluta na votação (que poderia conduzi-lo diretamente para Presidência da República) como estabelecido na norma eleitoral, foi marcado o segundo turno para abril. Conforme Sá (2016), o clima começou a ficar tenso no país, devido às contestações dos resultados eleitorais do primeiro turno por candidato vencido, Kumba Yalá (o segundo mais votado). Passados poucos dias depois do primeiro turno desta eleição, aconteceu o golpe de Estado no dia 12 de abril de 2012.

Indjai prendeu novamente Gomes Jr., em vésperas de este vencer a segunda volta das eleições presidenciais, acusando o Gomes Jr. de colaborar com Angola e de ter mobilizado várias centenas de tropas no âmbito de uma missão angolana de assistência técnica na Guiné-Bissau. Indjai tinha desconfiado da missão angolana, indicada, na sua opinião, para enfraquecer as Forças Armadas da Guiné-Bissau e a consolidar posições no país (O'REGAN e THOMPSON, 2013, p.9).

De acordo com Beck et al. (2012 apud SÁ, 2016), dias após o golpe de 12 de abril, os militares nomearam um presidente de transição, Manuel Serifo Nhamadjo e, este liderou o país durante dois anos sob o comando dos militares que fizeram o golpe, até quando eles decidiram marcar a realização das eleições presidenciais em 2014 vencidas por José Mário Vaz.

Consoante Shaw e Gomes (2020), no dia 27 de fevereiro de 2020, Umaro Sissocó Embaló (atual presidente da República) que foi declarado como vencedor do segundo turno das presidenciais de 2019 pela Comissão Nacional das Eleições (CNE), tomou posse "simbólica" como presidente da república do país em cerimônia num hotel em Bissau sem esperar o desfecho do contencioso eleitoral pelo Supremo Tribunal da Justiça (STJ) e sem a presença do Presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), Cipriano Cassamá. Segundo esses autores, a norma eleitoral do país estabelece que o STJ é o órgão competente para a decisão final sobre o processo eleitoral quando houver protesto dum candidato, não a CNE, e houve uma queixa apresentado no STJ por candidato vencido, Domingos Simões Pereira, alegando irregularidades no processo de contagem dos votos. Outro fato, de acordo com a Constituição da república no

seu Artigo 11, o presidente da Assembleia Nacional Popular é a única pessoa com a prerrogativa de investir o candidato vencedor como presidente.

“o Embaló violou todas estas regras estabelecidas na carta magna do país, com o apoio do presidente cessante, José Mário Vaz e dos altos oficiais militares, principalmente, o general das forças armadas, Biaguê Na Ntam [...]. Enquanto o país aguardava a decisão do Supremo Tribunal da Justiça, vários juízes relataram que não puderam realizar eficazmente seus trabalhos devido à presença de forças militares, que fecharam a sede do Supremo, o Palácio da Justiça (SHAW e GOMES, 2020, p.9).

2.2. Interferência das Forças Armadas no assunto político guineense

Difícilmente falaremos desses acontecimentos sem estabelecer referências às Forças Armadas guineenses. Segundo Cordeiro (2009), o país assistiu, lastimavelmente, às destruições dos governos e presidentes eleitos democraticamente, sendo substituídos pelas nomeações dos outros governos de transição e presidentes interinos do interesse dos militares. Afirmou ainda que, pelas mãos dos políticos, os militares derrubaram os governantes em exercício administrativo e voltam ao quartel, deixando o poder para outro governo de transição, com prerrogativas de supervisionarem o andamento democrático e defenderem a legalidade, como os artigos 20 e 21 da Constituição da República lhes conferem essas funções. Para o autor, esse tipo de relação motiva ainda mais os militares a derrubarem o governo da vontade popular que ameace os seus interesses ou que tenta impor controle democrático sobre os militares.

Consoante Sousa (2012 apud CARVALHO, 2014), entre os sucessivos levantamentos a que se assistiu, uns partiram diretamente das forças armadas com objetivo de tomar o poder e alterar a ordem constitucional, como: golpe de 14 de novembro de 1980; a guerra civil de 7 de junho de 1998; golpe de 14 de setembro de 2003 e golpe de 12 de abril de 2012. [...]. O autor afirmou ainda que, existem também levantamentos cuja origem foi orquestrada não no seio das Forças Armadas, mas instigados por alguma classe política como os casos de 01 de abril de 2010 e 26 de dezembro de 2011, em outras palavras, muitos destes casos tiveram uma relação entre políticos e militares. Segundo Cordeiro (2009), fora o golpe de 1980 da era autoritária, os militares nunca assumiram o poder propriamente dito, isto é, a partir do período democrático, nunca um militar após o golpe proclamou-se Presidente da República, mas nomeando sempre os membros da classe castrense para cargos dos Ministérios.

2.3. Papel das organizações da sociedade civil guineense perante os acontecimentos dessas presidenciais

Conforme autores pesquisados (ROCHA, 2014; BARROS, 2014), as Organizações da Sociedade Civil (OSC) guineenses tiveram e têm grande papel na luta para a consolidação da paz e do Estado de direito e democrático na Guiné-Bissau durante os processos eleitorais. Rocha (2014) afirmou que, durante a entrevista feita com alguns dirigentes da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) e alguns ativistas guineenses, estes afirmaram em unanimidade que, a população guineense muitas das vezes, principalmente nos momentos do caos político vê estas organizações como uma alternativa face ao Estado guineense, visto que, são as organizações da sociedade civil, especificamente a LGDH que faz denúncias, críticas contra os assassinatos, torturas e sequestros vigentes nestes momentos e sempre foram essas organizações que protestam contra a impunidade no país.

Refere-se este aspecto várias vezes já que a população, segundo os entrevistados, acredita e confia mais na LGDH do que tribunais e na justiça da Guiné-Bissau para encaminhar o processo da justiça. Também para os colaboradores, as pessoas recorrem à LGDH, para que haja justiça já que essa funciona mal no país, através das denúncias e do aconselhamento que recebem por parte do Centro de Acesso à Justiça. Um exemplo disto é a ausência de tribunais na zona sul do país o que leva ao simples aconselhamento tradicional para resolver os problemas. Porém, além da população não ter recursos financeiros, a própria polícia também não tem, impedindo-os de se deslocarem às cidades vizinhas para participarem em julgamentos (ROCHA, 2014, p.51).

De acordo com Barros (2014), a sociedade civil guineense possui atualmente um papel fundamental na efetivação de interesses públicos, especificamente no campo social e político, com a não competência de substituir o Estado, porém atua em colaboração e coordenação com o Estado guineense, de forma a fiscalizar a atividade do governo e atuar de forma independente a favor de uma cidadania ativa. O referido autor acrescentou ainda que, estas competências e ações da sociedade civil deviam ser regulamentadas para assim, terem carácter vinculatório. Consoante Rocha (2014), a LGDH sensibiliza e conversa com a população de modo a fornecer informações sobre o que é a democracia através de programas radiofónicos, das campanhas de sensibilização nas aldeias e regiões, das formações e palestras. Para a autora, o povo, ao entender que os direitos humanos são essenciais a qualquer homem e, ao saber o que é de fato a cidadania e como praticá-la, estas ações da sociedade civil estão a transformar a Guiné-Bissau num país onde a democracia tem o caminho livre para sua consolidação.

Por outro lado, Fernandes (2015) assegura que, a Guiné-Bissau é um país onde a democracia e direitos humanos só funcionam no papel, porque normalmente, todos conhecem quem cometeu o crime X ou N, mas ninguém assume e ninguém é responsabilizado pelo seu ato e nem a justiça faz nada para revelar e punir os criminosos. Para justificar a sua afirmação, o autor trouxe um ato que ocorreu em 2011.

Em consequência, em 2011, executaram sumariamente o Major Iaia Dabo, que consideraram ser um dos autores materiais do assassinato do agente de PIR (Polícia de Intervenção Rápida) Sargento Vladimir Lenine. O Major Iaia Dabo foi executado quando se disponibilizou voluntariamente para se entregar as autoridades acompanhado por alguns dirigentes da Sociedade Civil que haviam recebido garantias do Ministério do Interior, quanto á manutenção de segurança para a sua rendição, fato que acabou por não acontecer por ter sido interceptado pelos agentes da Polícia de Intervenção Rápida e baleado a tiro nas instalações desta subdivisão junto ao Ministério do Interior (FERNANDES, 2015, p.103).

Segundo Fernandes (2015), a situação dos direitos humanos ficou mais lesada após o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, ou seja, se instalou no país um clima de autêntica afronta aos direitos humanos e de sérias ameaças à consolidação democrática e do Estado de direito, assinalado por intimidações, detenções arbitrárias, violações da integridade física, perseguição política e assassinatos. Segundo o autor, várias manifestações feitas pela sociedade civil acabaram em atos de espancamento dos manifestantes.

De acordo com relatório da LGDH citado por Fernandes (2015), após o anúncio do golpe do Estado (2012) o comando militar que protagonizou este ato ordenou, sem qualquer justificação, o enceramento obrigatório e ilegal de todos os órgãos de comunicação social, exceto a Rádio Nacional com o papel de apenas tornar público os seus comunicados. Havendo assim, uma onda de perseguições, detenções e tratamentos desumanos aos jornalistas, cidadãos e bloggers, como António Aly Silva e jornalista da Rádio Sol Mansi, Amadu Djuf Djaló por estes darem notícias sobre espancamentos e sequestros dos deputados e algumas figuras políticas. Em conformidade com Rocha (2014), as Organizações da Sociedade Civil têm o papel de promover e defender os direitos humanos e têm lutado perseverantemente pelos princípios legais e democráticos no país, mesmo não tendo meios coercivos a população recorre a estas organizações para apresentar queixa de violações de direitos humanos.

2.4. Elementos sobre as três últimas Presidenciais (2009, 2014, 2019) na Guiné-Bissau

Nas datas de 28 de junho e 26 de julho de 2009, foram realizadas a 1º volta e 2º volta das eleições presidenciais antecipadas no país. Com treze candidatos no primeiro turno e

nenhum deles teve a maioria absoluta que possa lhes conduzir imediatamente para este cargo, como estabelece a constituição da república da Guiné-Bissau. Foram para segundo turno os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio, Malam Bacai Sanhá com 39,59% dos votos e Kumba Yalá com 29,42%. No segundo turno, o Malam Bacai Sanhá foi eleito presidente da república com 63,31% dos votos e o seu adversário adquiriu 36,69% dos votos de acordo com a Comissão Nacional das Eleições (CNE). Vale ressaltar que tinham dois candidatos que não vieram a participar nessas eleições. De acordo com Carvalho (2010), o Baciro Dabo (candidato) foi assassinado dias antes da 1ª volta das presidenciais 2009 e, o outro candidato, Pedro Infanda retirou a sua candidatura.

Quadro 1 - Resultados da primeira volta das eleições presidenciais realizadas a 28 de junho de 2009

Número	Candidato	Total de votos
1	Baciro Dabo	-----
2	Francisca Vaz Turpin	1.219
3	Serifo Baldé	1.794
4	Pedro Infanda	-----
5	Aregado Mantenque Té	1.736
6	Malam Bacai Sanhá	133.786
7	Henrique Pereira Rosa	81.751
8	Luís Nancassa	1.195
9	Kumba Yalá	99.428
10	João Cardoso	4.115
11	Mamadú Iaiá Djaló	10.495
12	Paulo Mendonça	949
13	Ibraima Djaló	1.486

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 2 - Resultados da segunda volta das eleições presidenciais realizadas a 26 de julho de 2009.

Número	Candidato	Total de votos	%
1	Malam Bacai Sanhá	224.259	63,31
2	Kumba Yalá	129.973	36,69

Fonte: Elaborado pelo autor.

Prosseguindo nas Eleições Presidenciais de 2014, realizadas no dia 13 de abril (1º volta), segundo os dados da CNE, se apresentaram treze candidatos, dos quais, cinco independentes. O candidato apoiado pelo PAIGC, José Mário Vaz foi o mais votado no primeiro turno com 40,89% dos votos e o segundo foi Nuno Gomes Nabiam, que se apresentou como independente, adquiriu 24,79%. Igual as presidenciais de 2009, teve um segundo turno que foi realizado 21 dias depois, onde o José Mario Vaz foi eleito o presidente da república da Guiné-Bissau com 61,92% e outro concorrente teve 38,08% dos votos na urna.

Quadro 3 - Resultados do primeiro turno das presidenciais realizadas no dia 13 de abril de 2014.

Numero	Candidato	Total de votos
1	Aregado Mantenque Té	7.269
2	Abel Iamedi Incada	43.890
3	Paulo Gomes	65.490
4	José Mário Vaz	257.572
5	Sori Djaló	19.497
6	Jorge Malú	6.125
7	Afonso Té	18.808
8	Nuno Gomes Nabiam	156.163
9	Helder Vaz	8.888
10	Mamadu Iaia Djaló	28.535
11	Domingos Quadé	8.607
12	Cirilo Oliveira	2.07
13	Luís Nancassa	7.012

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 4 - Resultados do segundo turno das eleições presidenciais realizadas a 18 de maio de 2014.

Número	Candidato	Total de votos	%
1	José Mário Vaz	364.394	61,92
2	Nuno Gomes Nabiam	224.089	38,08

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por último, as Presidenciais de 2019 tiveram doze candidatos. O primeiro escrutínio foi vencido mais uma vez sem a maioria absoluta por Domingos Simões Pereira com 40,13% dos

votos expressos na urna e o segundo mais votado foi Umaro Sissoco Embaló com 27,65% dos votos. Depois de vinte e um dias, teve o segundo turno onde Umaro Sissoco Embaló foi eleito o presidente da república do país com 53,55% dos votos e o Domingos Simões Pereira teve 46,45% dos votos (COMISSÃO NACIONAL DAS ELEIÇÕES, 2019).

Quadro 5 - resultados da primeira volta das presidenciais realizadas a 27 de novembro de 2019.

Numero	Candidato	Total de votos
1	Mutaro Intai Djabi	2.385
2	Domingos Simões Pereira	222.870
3	Vicente Fernandes	4.250
4	António Afonso Té	1.061
5	Nuno Gomes Nabiam	73.063
6	Baciro Djá	7.126
7	Carlos Gomes Júnior	14.766
8	Gabriel Fernando Indi	1.986
9	Idriça Djaló	2.569
10	José Mário Vaz	68.933
11	Umaro Sissoco Embaló	153.530
12	Mamadu Iaia Djaló	2.813

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 6 - Resultados da segunda volta das eleições presidenciais realizadas a 29 de dezembro de 2019.

Número	Candidato	Total de votos	%
1	Domingos Simões Pereira	254.468	46,45%
2	Umaro Sissoco Embaló	293.359	53,55%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um aspecto interessante nessas eleições é que, com os dados encontrados na página oficial da Comissão Nacional das Eleições³, relativo a todas as presidenciais realizadas na Guiné-Bissau, apenas por duas vezes houve reviravolta no segundo turno (ressaltando que todas as eleições presidenciais realizadas no país tiveram a segunda volta, pois nenhum dos

³ Acessamos os dados das tabelas representativas das três eleições presidenciais (2009, 2014 e 2019) na Guiné-Bissau com nomes de todos os candidatos e seus votos totais, assim como, os vencedores dessas presidenciais através do link da página oficial da Comissão Nacional das Eleições (CNE): www.cne.gw

candidatos teve mais de 50% dos votos no primeiro turno, que é o necessário para ser eleito). A primeira reviravolta eleitoral foi em 2005, quando Malam Bacai Sanhá tinha vencido a primeira volta, mas veio a perder o segundo escrutínio para João Bernardo Vieira (Nino) e, a segunda foi esta de 2019, onde o Domingos Simões Pereira venceu a primeira volta e perdeu no segundo turno para o Umaro Sissoco Embaló. Fora essas duas presidenciais, sempre o candidato que venceu o primeiro turno das restantes eleições, facilmente vence o segundo escrutínio eleitoral.

3. Metodologia

Os procedimentos metodológicos do nosso trabalho consistem na pesquisa bibliográfica, centralizada em autores que deram seus pareceres sobre as eleições presidenciais na Guiné-Bissau no período de 2009 a 2019, como Carvalho (2010), guineense, Doutor em Ciência Política e professor da UNILAB; Fernandes (2015), guineense, mestre em Sociologia e doutorando em Ciências Sociais com experiência em Ciência Política; O'Regan e Thompson (2013), investigadores do Centro de Estudos Estratégicos de África; Cordeiro (2009), guineense, mestre em Democracia e Bom Governo; Sangreman et al (2016), Doutor em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais; Rocha (2014), mestra em Ciência Política; Barros (2014), sociólogo guineense e Shaw e Gomes (2020), pesquisadores de Centro de Estudos Estratégicos da África. Trabalhamos com estes autores não só por falarem sobre a política (eleições presidenciais) da Guiné-Bissau, mas, também, por muitos deles serem guineenses e, outros, por fazerem suas pesquisas no país, o que, de certeza, ajuda na credibilidade do nosso artigo. Recorremos ainda a fontes documentais, baseados nos relatórios da Comissão Nacional das Eleições (CNE) do país, onde encontramos dados eleitorais que contêm o nome de todos os candidatos e as informações como número de votos, candidatos que disputaram o segundo turno (os dois mais votados no primeiro turno) eleitoral e quem foram os vencedores das eleições presidenciais de 2009, 2014 e 2019. Além das informações encontradas no portal oficial da CNE, utilizamos relatórios de organizações internacionais (Relatório Final sobre as Eleições Presidenciais Antecipadas: Missão de Observação Eleitoral da UE na Guiné-Bissau, 2009, e Relatório Final das Eleições Presidenciais e Legislativas na Guiné-Bissau: Missão de Observação Eleitoral da UE, 2014) e dados dos relatórios das Organizações da Sociedade Civil (a Liga Guineense dos Direitos Humanos), que tiveram a missão de acompanhar e supervisionar o desenrolar destas eleições no país.

Fizemos, a pesquisa por alguns órgãos de comunicação social guineense com o propósito de identificar o que era veiculado pela imprensa nacional ou internacional durante as eleições presidenciais de 2009, 2014 e 2019. Do mesmo modo, pesquisamos por Google Acadêmico, onde encontramos alguns trabalhos relacionados ao processo democrático na Guiné-Bissau, os quais temos, *Democracia na Guiné-Bissau: Análise do fracasso presidencial; Relatório Final (Eleições Presidenciais Antecipadas-2009); Guiné-Bissau (Relatório Final das presidenciais 2014); e A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, Desafios e Perspectivas*. Junto desses trabalhos, observamos também os trabalhos que constaram nos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), cujos títulos são, *Quebrando o ciclo vicioso: Política da cocaína na Guiné-Bissau; Guiné-Bissau: Evolução 2010-2016; e Papel da Sociedade Civil - Caso da Liga Guineense dos Direitos Humanos- na Democratização na Guiné-Bissau*.

Com efeito, elaboramos um formulário eletrônico (Google Forms) que contém doze questões associadas ao tema da nossa pesquisa, tendo como o público-alvo estudantes guineenses na UNILAB. As quatro primeiras questões deste formulário foram elaboradas com a finalidade de sabermos do gênero, a região da naturalidade, a etnia e o curso dos estudantes guineenses que foram nossos informantes, e as restantes questões tiveram ligações com os objetivos do nosso trabalho. Aplicamos este questionário eletrônico com intuito de obter dados sobre alguns pontos do objetivo da nossa pesquisa, que diz respeito a possível interferência dos militares nos assuntos eleitorais (presidenciais) e o papel das Organizações da Sociedade Civil guineense face aos acontecimentos (golpes, assassinatos, etc.) durante estas presidenciais. Neste questionário, elaboramos questões fechadas e abertas com a finalidade de saber a percepção destes estudantes sobre eleições presidenciais (2009, 2014 e 2019). O questionário foi aplicado aos estudantes guineenses desta universidade, objetivando obter informações não abordadas ao longo deste trabalho, com a finalidade de enriquecer o resultado da nossa pesquisa. Igualmente, foi encaminhado aos informantes sem estabelecermos um número exato e, sendo assim, 55 o responderam, constando como nossos informantes para esta pesquisa. Outros que não constaram nesses que responderam alegaram não poder participar da pesquisa por falta de tempo, ocupados com suas atividades universitárias.

Quadro 7 - Documentos analisados.

Título	Tipo de texto	Fonte (repositório)	Palavras-chave
Democracia na Guiné-Bissau: Análise do fracasso presidencial	Monografia	Google Acadêmico	Democracia Guiné-Bissau
Relatório Final (Eleições Presidenciais Antecipadas -2009)	Relatório	Google Acadêmico	Relatório das eleições Guiné-Bissau
Guiné-Bissau (Relatório Final das presidenciais 2014)	Relatório	Google Acadêmico	Relatório das eleições Guiné-Bissau
Guiné-Bissau: Evolução 2010-2016	Artigo	RCAAP	Política Guiné-Bissau
Quebrando o ciclo vicioso: Política da cocaína na Guiné-Bissau.	Artigo	RCAAP	Eleições presidenciais Guiné-Bissau 2020
Papel da Sociedade Civil- Caso da LGDH na Democratização na GB	Dissertação do mestrado	RCAAP	Papel da sociedade civil guineense
A SC e Estado na GB: Dinâmicas, Desafios e Perspectivas	Artigo	Google Acadêmico	Papel da Sociedade Civil

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os documentos listados neste quadro nos forneceram informações pertinentes sobre as realizações das eleições presidenciais de 2009, 2014 e de 201, bem como, os dados dos acontecimentos no decorrer destas presidenciais. Com análise destes textos, permitiram-nos ter a percepção sobre a situação política dos últimos 10 anos (2009 a 2019) na Guiné-Bissau.

4. Resultados

A partir dos trabalhos consultados, percebemos que o que provoca esses acontecimentos é a luta pelo “poder político e poder económico”, ou seja, quem domina o poder político, automaticamente, terá o poder de assumir as relações económicas do país. Por outro lado, o impacto do tráfico de drogas pode ser encontrado nas profundezas de vários desses acontecimentos, pois quando o poder é tomado pela via da força e o comando do país cai nas “mãos erradas” fica muito corrente a prática de atos ilícitos. Por outro lado, baseando nos referenciais teóricos consultados para este trabalho, pode-se encontrar indícios de que há interferência direta e indiretamente dos militares nos assuntos políticos da Guiné-Bissau, principalmente nas eleições presidenciais. Isso porque todos os golpes de estado e assassinatos de figuras políticas teve participação militar e, em muitos desses, foram autores principais, a exemplo disso pode-se ter o golpe de 12 de abril de 2012, que interrompeu de forma definitiva a conclusão das eleições presidenciais do mesmo ano. Por este motivo, podemos afirmar que ao longo dos períodos das eleições presidenciais (de 2009 a 2019) as Forças Armadas guineenses não cumpriram com suas naturais funções estabelecidas na constituição do país, presentes no Art. 20⁴ da Constituição da república da Guiné-Bissau e, não há em nenhum dos artigos desta Constituição o aval de que os militares podem intervir nos assuntos eleitorais.

Em conformidade com autores estudados, como Rocha (2014), Barros (2014) e Fernandes (2015), podemos assegurar que as Organizações da Sociedade Civil guineense tiveram um papel de suma importância na possível reposição da ordem democrática no país, através das denúncias feitas pelos mesmos, principalmente a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH). Esta e outras organizações estiveram presentes na Guiné-Bissau para amparar e ajudar as vítimas de perseguições e espancamentos. Por outro lado, denunciaram e condenaram muitos assassinatos e atos ilegais cometidos ao longo dos períodos eleitorais na Guiné-Bissau. Durante esses anos em que foram realizadas eleições presidências (2009, 2014 e 2019), a LGDH, poderes religiosos (Padres, Pastores e Imames) residentes no país e régulos⁵ trabalharam afincadamente na mediação dos problemas entre os políticos e Forças Armadas.

⁴ O Art. 20º da Constituição da república guineense estipula que, as Forças Armadas Revolucionários do Povo (FARP) são instituição principal de defesa da nação e lhes incumbe defender a independência, a soberania e a integridade territorial guineense, e cooperar estreitamente com os serviços nacionais específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública.

⁵ Os Régulos são representantes e/ou chefes do poder tradicional das aldeias e regiões da Guiné-Bissau.

Baseando nas resoluções do questionário respondido pelos nossos informantes guineenses estudantes na UNILAB, fizemos tratamento de dados levantados sobre a temática em questão. O questionário foi aplicado para 55 estudantes, cujas perguntas são expostas em baixo e suas devidas respostas por parte de nossos informantes:

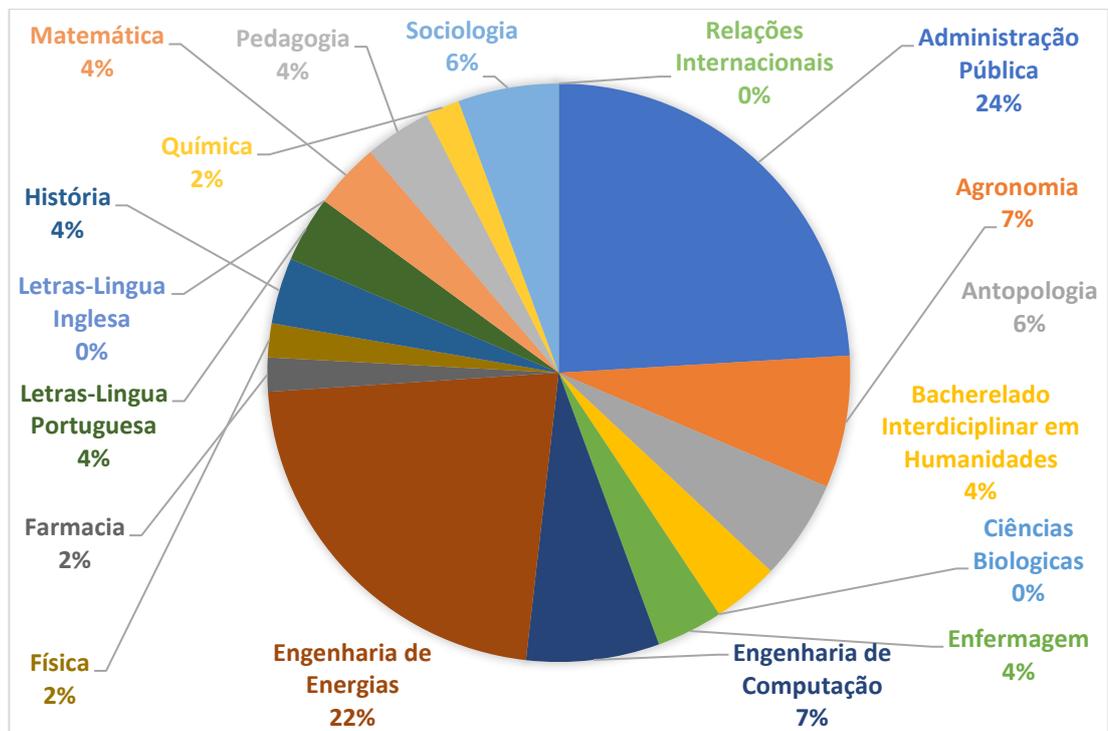
Elaboramos o questionário a fim de conhecer o perfil destes estudantes, com a seguinte estruturação:

Gênero: masculino 46 (85,2%) e; feminino 9 (14,8%).

Região de naturalidade: Bissau com 24 (42,6%) dos estudantes; Biombo 10 (18%); Oio com 5 (9,3%); Quinara, Bafatá e Cacheu 4 (7,4%) cada; Tombali 2 (3,7%); Gabú e Bolama com 1 (1,9%) dos informantes cada.

Etnia: Balanta 25,9%; Papel 24,1%; Manjaco 18,5%; Fula 11,1%; Mancanhe 7,4%; Mandinga 1,9%; Bijagó 1,9% e; Outras etnias 9,3%.

Gráfico 1 - Curso dos informantes em porcentagem.



Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto à questão “Você é membro de alguma organização da sociedade civil na Guiné-Bissau? Se sim, qual? “, a maioria destes estudantes são membros da OSC e muitos deles são membros de Rede Nacional de Associação Juvenil (RENAJ). Por outro lado, perante a questão “Participa ativamente nas estruturas de algum partido político guineense?”, os estudantes indicaram que não participam ativamente (88,7%) e 11% indicaram não participar ativamente.

No que concerne à questão “Acompanha de forma particular as atividades de algum partido político guineense?”, 40,8% indicaram acompanhar regularmente (Tabela 1):

Tabela 8 - Acompanhamento das atividades de partidos políticos.

Tipo de acompanhamento	N	%
Regularmente	23	40,8
Apenas no período eleitoral	16	29,6
Não acompanham	16	29,6
Total	55	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Para a questão, “Na sua opinião, as eleições democráticas (presidenciais) contribuem para consolidação da democracia na Guiné-Bissau?”, maior parte (41%) dos estudantes afirmaram que a realização das eleições presidenciais não é suficiente para a consolidação democrática no país, muito embora é um passo à frente. Para eles, é necessário que os políticos e a classe castrense respeitem as leis estipuladas na Constituição da república guineense.

Perante a questão, “Na sua opinião, as Forças Armadas têm contribuído para a estabilidade política no país?”, das 55 respostas, 45 acadêmicos responderam que os militares guineenses não contribuem para a estabilidade política no país, por causa das várias interferências destes nos assuntos políticos e, 10 deles afirmaram que as Forças Armadas têm contribuído sim, porque nos últimos anos desde o Golpe de 2012, se afastaram dos assuntos políticos do país.

Em alguns momentos próximos da realização das eleições presidenciais, a Guiné-Bissau assistiu a movimentos que perturbaram a ordem pública (assassinatos, prisões arbitrárias e perseguições política). Questionamos se achavam “que esses acontecimentos tiveram alguma influência nos resultados eleitorais, nomeadamente na escolha do presidente

eleito?”, a maioria dos estudantes (77%) respondeu que as frequentes perturbações da ordem pública tiveram, sim, alguma influência na escolha do presidente eleito.

Em relação à questão, “Será que as Organizações da Sociedade Civil guineense têm grande papel na luta pela consolidação do Estado de Direito no país? Um total de 83,3% dos discentes concordaram que as OSC’s têm papel de suma importância na luta pela consolidação do Estado de Direito na Guiné-Bissau.

No que tange a questão, “Será que as eleições presidenciais realizadas na Guiné-Bissau são justas, livres e transparentes?”, obtemos 70,4% dos acadêmicos que responderam que as eleições presidenciais realizadas no país não foram justas, livres e transparentes.

Partindo dos dados obtidos por meio da aplicação do questionário por intermédio do formulário Google Forms e das obras consultadas, consideramos que os resultados da nossa pesquisa se alinharam com os objetivos que traçamos para a realização deste trabalho.

5. Considerações Finais

Com os resultados obtidos durante o nosso trabalho e por meio dos teóricos consultados, apontamos para o fato de que a realização das eleições presidenciais na Guiné-Bissau não trouxe mudanças que a população guineense almeja, como a estabilidade e o desenvolvimento do país. Igualmente, percebemos ao longo da nossa pesquisa que os órgãos responsáveis pelo processo eleitoral (CNE e STJ) têm pouco poder de decisão final, visto que, suas decisões muitas das vezes são violadas por alguns candidatos ou partidos ou mesmo pelos próprios militares. Conforme os autores consultados, as constantes intervenções das Forças Armadas na política e nas eleições presidenciais por meio do uso da força trouxeram resultados negativos para o país e foram um dos entraves à estabilidade e ao desenvolvimento do mesmo. Carvalho (2010) aponta que muitos destes militares são recrutados sem nenhuma formação e maioria deles são analfabetos voluntários que ingressam para o serviço militar a cada ano e vários deles são chamados para exército guineense por indicação familiar. De acordo com Carvalho (2010), pode-se afirmar que este foi um dos motivos da frequente intervenção da classe castrense na política guineense, porque a maioria deles, principalmente os novos recrutados, não sabem quais são as suas principais funções estabelecidas na Constituição da república e podem ser facilmente manipulados para executar planos pessoais dos seus superiores.

Percebemos, por outro lado, para a profissionalização e a despolitização dos militares guineenses, como recomendam O'Regan e Thompson (2013), é necessário a elaboração dos planos de intercâmbios e treinos dos exércitos guineenses com forças homólogas dos países parceiros. Para estes autores, estas iniciativas deveriam decorrer preferencialmente nas academias militares de países que tenham fortes tradições de poder civil sobre os militares. Este eventual intercambio irá ajudar nas trocas das experiências e do conhecimento sobre melhores formas de atuação militar no país. Além disso, deveriam ser criadas políticas de incentivo à reforma nas Forças Armadas, dado que o país tem muitos militares de idades avançadas e sem energias suficientes para cumprirem suas tarefas diárias. Porém, para que esta reforma seja consolidada, é necessário a criação de políticas ou projetos que vão compensar e amparar estes oficiais reformados. Outro aspecto importante para acabar com a instrumentalização militar nos assuntos políticos, especificamente eleitorais, é preciso investir mais na formação dos exércitos guineenses, no aumento dos seus salários e na criação de políticas de promoção dos soldados, baseando nos princípios da meritocracia, isto é, promover soldado pelo seu brilhante trabalho na construção de paz e na defesa do território nacional.

Quanto às limitações, não conseguimos aplicar este questionário aos membros de alguns partidos políticos guineenses e aos guineenses residentes na Guiné-Bissau, sendo este por causa das restrições impostas pela pandemia e por causa da má qualidade da internet no país, que não nos permitiria realizar entrevistas online sem que hajam dificuldades técnicas. Por outro lado, tínhamos pouco tempo para coletar dados, o que nos dificultou na realização de alguns procedimentos metodológicos previamente estabelecidos nos objetivos desta pesquisa.

Por fim, pretendemos, em um futuro próximo, aprofundar no estudo deste tema, trazendo mais referências bibliográficas, com a finalidade de termos mais elementos sobre como foram andamento destas três eleições presidenciais e seus impactos no processo de consolidação democrática na Guiné-Bissau.

6. Referências Bibliográficas

CARVALHO, R. O. **Que Democracia?** O Processo de Transição Política Guineense e a Atuação das Forças Armadas na Condução da Política Nacional (1994-2009). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Dissertação. Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 2010.

M'BUNDÉ, T. S.; **Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau**. Almanaque de Ciência Política, Vitória, Vol.1, n.2, p.43-56, 2017.

FERNANDES, J. M. **Guiné-Bissau e os Limites da Consolidação Democrática e do Estado de Direito**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação. Universidade Federal da Alagoas. Maceió-AL, 2015.

O'REGAN, D.; THOMPSON, P. **Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau**: Lições do primeiro Narco-Estado de África. Relatório Especial do Centro de Estudos Estratégicos de África, 2013. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASR02PT-Promover-a-Estabilidade-e-a-Reconcilia%C3%A7%C3%A3o-na-Guin%C3%A9-Bissau-Li%C3%A7%C3%B5es-do-Primeiro-Narco-Estado-de-%C3%81frica.pdf> Acesso em 19 de março de 2020.

SÁ, N. A. **Democracia na Guiné-Bissau**: Análise do Fracasso Presidencial. Universidade da Integração Internacional da lusofonia Afro-Brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso. São Francisco do Conde, 2016.

SHAW, M.; GOMES, A. **Quebrando o Ciclo Vicioso**: Política da Cocaína na Guiné-Bissau. 2020. Disponível em: <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2021/04/Quebrando-o-ciclo-vicioso-Poli%C3%81tica-da-cocai%C3%81na-na-Guine%C3%81-Bissau.pdf> Acesso em 12 de outubro de 2020.

CARVALHO, C. D. S. P. **Guiné-Bissau**: A Instabilidade como Regra. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Cidadania e Governação. Dissertação. Universidade Lusofona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014.

CORDEIRO, R. S. **Guiné-Bissau**: Entre as Sombras do Militarismo e da Impunidade. Universidade Federal de Pernambuco. Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/GUINEBISSAUENTREASSOMBRASDOMILITARISMOE DAIMPUNIDADE.pdf> Acesso em 18 de abril de 2020.

SANGREMAN, C. et al. **Guiné-Bissau**: Evolução 2010-2016. Working Paper CEsa CSG 148, 2016. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/12600/1/WP148.pdf> Acessado em 28 de abril de 2020.

ROCHA, C. T. L. **Papel da Sociedade Civil** - Caso da Liga Guineense dos Direitos Humanos na Democratização na Guiné-Bissau. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Dissertação. Universidade de Aveiro. Portugal, 2016.

BARROS, M. A **Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau**: Dinâmicas, Desafios e Perspectivas. 2014. Disponível em: http://www.ue-paane.org/files/1514/5676/6834/SocCivilEstadoGB_net.pdf Acessado em 25 de maio de 2020

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. 1996. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaPesquisaCplp/anexo/guinebissau.pdf> Acessado em julho de 2019.